

CONJUNTURA



08
2020



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares de Aguiar

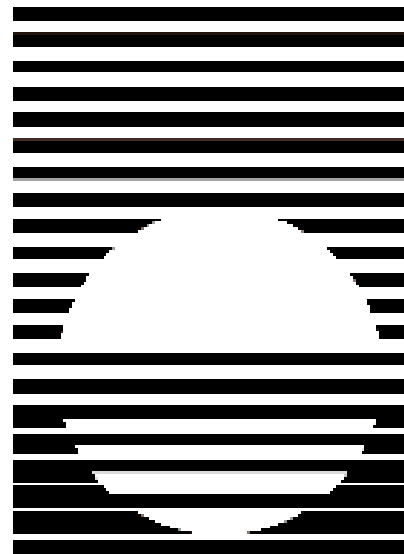
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Em mais uma mostra de subordinação a Trump, Brasil se opõe ao adiamento das eleições no BID
Itamaraty perde espaço na política externa ambiental

Página 05

Pandemia, desmatamento e descaso do governo ameaçam a sociedade brasileira, em especial povos indígenas e tradicionais
Itamaraty promove eventos defendendo valores ultraconservadores

Página 06

Próximas eleições parlamentares na Venezuela dividem a oposição
Peru se aproxima das eleições com turbulências no Poder Executivo

Página 07

Nomeação de Vicente Zaballos Salinas para a OEA gera polêmica no Peru
Cinco meses após as eleições, Irfaan Ali assume a presidência da Guiana

Página 08

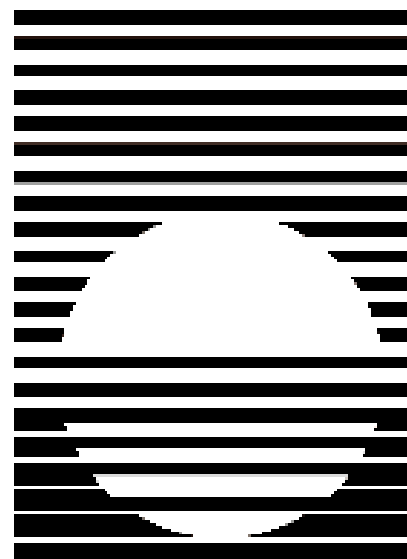
Eleições na Bolívia afetam relações entre o país e a Argentina
Tensão política cresce na Argentina em meio a debates sobre projeto de reforma do Judiciário

Página 09

Argentina e México estabelecem acordo para produção de vacinas contra a Covid-19
Denúncias de corrupção assolam a política doméstica mexicana em meio à crise econômica

Página 10

Equador contrata novo empréstimo do FMI e rejeita candidatura de Rafael Correa à eleição presidencial de 2021
Álvaro Uribe, em prisão domiciliar, renuncia ao Senado na Colômbia



Página 11

Colômbia avança em sistema de identificação de migrantes venezuelanos

Manifestações do povo Mapuche são fortemente reprimidas no Chile

Página 12

Secretário Executivo da CIDH é destituído em meio a fortes críticas pela erosão da autonomia da instituição

Repressão a protestos no Zimbábue preocupa atores políticos da África do Sul

Página 13

África do Sul desenha estratégias multilaterais no combate à pandemia

China expande laços de cooperação em meio à pandemia de Covid-19

Página 14

China sofre restrições tecnológicas dos EUA e aliados
Governo chinês reage a restrições de tecnologia e revisa sua lista de produtos para exportação

Caxemira continua sendo foco de preocupações um ano após a revogação de status especial

Página 15

Explosão agrava vulnerabilidade dos refugiados no Líbano e motiva diversas iniciativas de cooperação e ajuda humanitária

Página 16

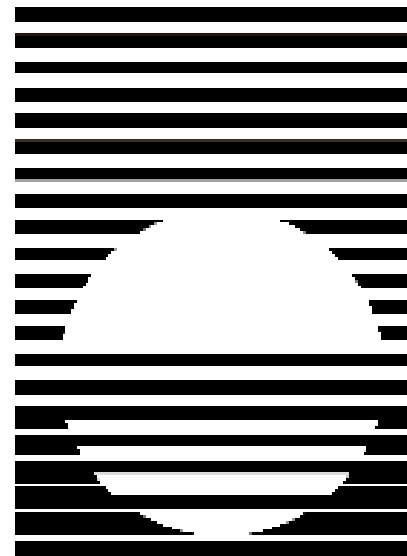
Mulheres protestam contra o governo e a violência policial em Belarus

Dia Internacional da Igualdade Feminina esbarra no crescimento da violência de gênero na América Latina

Página 17

Casa Nem é alvo de operação de reintegração de posse e militantes protestam

Impactos climáticos espalham-se pelo globo no segundo semestre de 2020



Em mais uma mostra de subordinação a Trump, Brasil se opõe ao adiamento das eleições no BID

No dia 18 de agosto, o governo brasileiro, representado pelos Ministérios de Relações Exteriores e de Economia, emitiu nota oficial em defesa de que a eleição para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) seja mantida para este ano. Desse modo, o Brasil se alinhou aos EUA e a outros países do continente americano contra a proposta feita pela União Europeia, México e Chile, com o apoio da Argentina, para que a referida eleição, agendada para 12 e 13 de setembro, fosse adiada para março de 2021. Segundo os meios de comunicação, a proposta de mudança no calendário é fruto do desconforto diplomático gerado com a iniciativa estadunidense, em junho deste ano, de lançar candidatura própria para o cargo, rompendo com uma tradição não escrita e de longa data no BID, pela qual a presidência da instituição é reservada a candidatos latino-americanos. A ideia é que, com a postergação da eleição para 2021, uma eventual mudança de governo nos EUA, com a derrota de Donald Trump e a vitória do democrata Joe Biden em novembro próximo, faça com que Washington reveja sua posição. Para o Brasil e demais países contrários a proposta, no entanto, a população dos países integrantes do BID “precisam de soluções que não podem ser adiadas”, de sorte que a manutenção da data da eleição revela-se de extrema importância “para proteger os interesses da região, bem como a soberania hemisférica de nosso banco interamericano”. A posição brasileira é mais uma mostra da política de alinhamento a Trump implementada pelo presidente Jair Bolsonaro desde 2019. O Brasil acabou desistindo de lançar candidatura própria para o comando do BID diante da decisão dos EUA. As exigências estadunidenses, contudo, vão além. No dia 17 de agosto, o subsecretário do Departamento de Estado dos EUA, Keith Krach, afirmou que o “Brasil precisa se perguntar em quem irá confiar”, ao discutir o plano do governo Trump, intitulado Clean Network, que visa afastar a empresa chinesa Huawei da estrutura global de redes de tecnologia 5G. Segundo Krach, tal plano “não estará completo sem o Brasil”. Nas relações bilaterais comerciais, o governo brasileiro sinalizou, após forte pressão exercida

por Washington, que poderá renovar por mais 90 dias a cota de importação de etanol estrangeiro que pode entrar no Brasil livre de tarifa. O gesto brasileiro, entretanto, não foi retribuído pelos EUA. No dia 28 de agosto, Trump reduziu a quota para as exportações de aço semiacabado do Brasil, o que pode impedir a entrada de cerca de 290 mil toneladas do produto brasileiro isento de tarifas no mercado estadunidense.

Fontes: [La Tercera](#), 07/08/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 17/08/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 18/08/2020; [Ministério das Relações Exteriores](#), 18/08/2020; [Folha de S. Paulo](#), 29/08/2020; [Ministério das Relações Exteriores](#) 29/08/2020; [Folha de S. Paulo](#), 31/08/2020.

Itamaraty perde espaço na política externa ambiental

No dia 10 de agosto, o presidente Jair Bolsonaro assinou o decreto nº 10.450, por meio do qual a Comissão Nacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), antes presidida pelo chanceler brasileiro ou por diplomata por ele indicado, passou a compor o Conselho Nacional da Amazônia Legal, sob o atual comando do vice-presidente Hamilton Mourão. A mudança institucional ocorreu após Bolsonaro decidir reavivar a participação brasileira na OTCA como forma de dar uma resposta às diversas críticas que seu governo vem sofrendo em relação ao crescente desmatamento na Amazônia. A ideia é usar o organismo internacional para articular e coordenar os esforços dos países da região em torno da preservação da maior floresta tropical do mundo. Por outro lado, a mudança institucional reforça uma tendência observada desde o início do governo Bolsonaro: a desidratação da agenda ambiental na estrutura institucional do Itamaraty e a consequente perda de influência do Ministério no processo decisório da política externa brasileira para o meio ambiente. Ainda no início de 2019, o Itamaraty sofreu profunda reformulação em seu ordenamento interno que resultou, entre outras mudanças, na extinção da antiga Subsecretaria Geral do Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia. O órgão tinha um Departamento de Sustentabilidade Ambiental que contava com o trabalho de dez diplomatas. No lugar da Subsecretaria, o atual chanceler Ernesto Araújo criou o Departamento do

Meio Ambiente, com status inferior, porquanto vinculado à Secretaria de Soberania Nacional e Cidadania, e com apenas seis diplomatas a sua disposição. Em março de 2020, o Itamaraty viu sua influência ainda mais reduzida com a substituição do embaixador Roberto Castelo Branco pelo ruralista Eduardo Lunardelli Novaes na Secretaria de Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente. O recuo do Itamaraty na agenda ambiental tem sido alvo de críticas de parlamentares de oposição ao governo, que exigem maior atuação internacional do Ministério na seara ambiental.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 10/08/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 10/08/2020; [Diário Oficial da União](#), 11/08/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 12/08/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 31/08/2020.

Pandemia, desmatamento e descaso do governo ameaçam a sociedade brasileira, em especial povos indígenas e tradicionais

No dia 6 de agosto, o Senado brasileiro ratificou o Protocolo de Nagoia, parte da convenção da ONU sobre diversidade biológica, anunciada como um dos principais resultados da Rio-92. O Protocolo de Nagoia resulta da busca por preservação e por regulamentação de questões em torno da biodiversidade. Sua ratificação, ainda que quase 30 anos depois de sua assinatura, representa pequeno avanço para a agenda socioambiental brasileira. Todavia, o Protocolo agora aguarda promulgação, em um cenário cujos retrocessos na política ambiental do governo brasileiro continuam. No mês de agosto, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento na Amazônia teve uma alta de 34%, comparando o período de agosto de 2018 a julho de 2019 versus agosto de 2019 a julho de 2020. No Pantanal, a situação também é grave: houve uma alta de 242% na quantidade de focos de incêndio em comparação com o mesmo período do ano anterior. 70% da área de refúgio das araras-azuis, a maior do planeta, foi perdida com as queimadas no Pantanal, bioma que, somente este ano, já perdeu 10% de sua área total. No dia 11 de agosto, o presidente Jair Bolsonaro, após incluir concessão de parques nacionais em programa de privatizações, rebateu as críticas à inação do governo

no combate ao desmatamento, afirmando ser mentira que as florestas estão em chamas no Brasil. Sob pressão de diferentes atores da comunidade internacional, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, reestruturou em agosto o seu ministério, recriando a Secretaria de Mudanças Climáticas, a Secretaria de Áreas Protegidas e a Secretaria da Amazônia, como resposta emergencial ao cerco externo. Em uma tentativa frustrada de minimizar o negacionismo do governo sobre a escalada das queimadas nos biomas brasileiros, o vice-presidente Hamilton Mourão, que atualmente lidera o Conselho da Amazônia, tentou explicar que o presidente foi mal interpretado, porém reafirmou que a floresta de fato não estaria queimando. Segundo Mourão, as áreas queimadas são aquelas já desmatadas e onde o mato volta a crescer, mais uma vez demonstrando uma resposta combinada de não-responsabilização e negacionismo. Enquanto o fogo e a atual pandemia por Covid-19 continuam a espalhar-se, atingindo a Amazônia e seus povos, são inúmeras as denúncias de violações do governo federal. No dia 17 de agosto, como frente de resistência para exigir apoio do governo federal no combate à pandemia de Covid-19, indígenas Kayapós Mekragnoti bloquearam a BR-136, região da principal via de distribuição agrícola do Centro-Oeste brasileiro aos portos fluviais da Amazônia. Mais de 400 indígenas desse subgrupo da etnia Kayapó já foram infectados e ao menos quatro morreram até a data do bloqueio. Em agosto, entrou para a lista de protestos contra a atual política ambiental brasileira a candidata à vice-presidência dos Estados Unidos, Kamala Harris, que, pelo Twitter, criticou Bolsonaro e pediu que o presidente fosse responsabilizado pela devastação na Amazônia.

Fontes: [Agência Brasil](#), 06/08/2020; [O Globo](#), 10/08/2020; [Valor Econômico](#), 11/08/2020; [Estado de Minas](#), 11/08/2020; [Euronews](#), 12/08/2020; [O Eco](#), 16/08/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 17/08/2020; [BBC](#), 28/08/2020.

Itamaraty promove eventos defendendo valores ultraconservadores

O mês de agosto evidenciou uma tendência notável do governo de Jair Bolsonaro na política externa: a crescente utilização do Ministério das Relações Ex-

teriores (MRE) como plataforma de propagação das convicções ultraconservadoras da coalizão governista, mesmo que em detrimento de compromissos multilaterais do Brasil. A tendência, que já havia se desenhado no início da gestão de Bolsonaro com a reformulação do currículo do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco, se intensificou durante a pandemia com a realização de simpósios e palestras virtuais organizadas pela Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) – fundação acadêmica vinculada ao MRE. Em conferência virtual ocorrida no dia 4 de agosto, a deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), integrante da base governista, foi convidada para discorrer sobre “a importância da promoção de políticas internacionais de direito à vida”. A deputada, contudo, não hesitou em manifestar-se contrariamente ao aborto – prática emergencial de preservação da vida já consolidada na legislação e na jurisprudência. Não foram poucos os eventos promovidos nesse mesmo diapasão: alguns meses antes, o Itamaraty organizou uma palestra acerca do chamado vírus do comunismo - no qual o Ministro Ernesto Araújo empregou o termo “comunavírus” e recebeu críticas por comparação das políticas de isolamento com campos de concentração. A lista de palestrantes convidados frequentemente inclui blogueiros e influenciadores de direita, com pouco ou nenhum histórico de pesquisa ou trabalho no campo das relações exteriores, como Allan dos Santos e Bernardo Kuster - réus no STF em inquérito sobre a propagação de fake news. Os principais temas discutidos incluem o combate ao chamado globalismo, críticas à política de isolamento e promoção do uso da cloroquina como tratamento para a Covid-19. Enquanto o Itamaraty promove eventos de propaganda ideológica, Araújo segue negligenciando as relações diplomáticas e comerciais com parceiros estratégicos tradicionais, como a China. Em julho, Araújo chamou atenção ao não comparecer na cerimônia online que marcou a entrega ao Brasil de mais de duas toneladas de materiais de combate ao coronavírus pelo governo chinês.

Fontes: [O Estado de S. Paulo](#), 05/07/2020; [Folha de S. Paulo](#), 10/07/2020; [Folha de S. Paulo](#), 04/08/2020; [BR Político](#), 06/08/2020; [Open Democracy](#), 03/09/2020.

Próximas eleições parlamentares na Venezuela dividem a oposição

Em 2 de agosto, 27 partidos de oposição ao presidente venezuelano Nicolás Maduro anunciaram que não participarão das eleições parlamentares, que estão

agendadas para o dia 6 de dezembro. A comunidade internacional também se manifestou sobre o pleito, emitindo um comunicado no dia 14 de agosto. A declaração, assinada por 31 países do Grupo de Lima, do Grupo de Contato Internacional, da União Europeia e pelos EUA, pede que sejam realizadas eleições livres na Venezuela. Maduro reagiu afirmando que há um boicote internacional contra o pleito. O Conselho Nacional Eleitoral venezuelano abriu o período de inscrições para candidaturas, que foi prorrogado duas vezes e se encerrou no dia 4 de setembro. Ao se aproximar do prazo final, em 31 de agosto, o governo de Maduro divulgou indulto para 110 presos políticos, anunciado como um impulso para uma reconciliação nacional no país. Apesar do anúncio de boicote às eleições no início de agosto, a oposição venezuelana está fragmentada e sem uma liderança clara. Juan Guaidó, autoproclamado presidente, convocou os principais opositores a formar um “pacto de unidade” no dia 19 de agosto. A iniciativa, no entanto, foi rejeitada por alguns atores, como Henrique Capriles, que já foi candidato a presidência em 2012 e 2013. Após visita à Venezuela, o Ministro de Relações Exteriores turco, Mevlüt Çavuşoğlu, anunciou que a Turquia está mediando conversas entre o governo de Maduro e alguns líderes da oposição. Segundo Çavuşoğlu, Capriles e o deputado Stalin González estariam negociando participação no pleito em dezembro. Apesar de Capriles estar impedido de se candidatar, ele anunciou que a estratégia de Guaidó se esgotou e que incentiva a população a participar da votação. Guaidó e outros membros da oposição rechaçaram as declarações de Capriles.

Fontes: [Nexo Jornal](#), 03/08/2020; [Folha de S. Paulo](#), 15/08/2020; [El Nacional](#), 17/08/2020; [El Nacional](#), 20/08/2020; [O Globo](#), 27/08/2020; [BBC](#), 01/09/2020; [Folha de S. Paulo](#), 02/09/2020; [El País](#), 03/09/2020.

Peru se aproxima das eleições com turbulências no Poder Executivo

No dia 4 de agosto, o gabinete ministerial, liderado por Pedro Cateriano, empossado no mês anterior, não obteve a maioria mínima de votos exigida pelo Congresso para que as nomeações fossem ratificadas pelo Parlamento, com apenas 37 votos favoráveis, 53 votos contrários e 34 abstenções. Diante disso, dentro do prazo regulamentar de 72 horas, o presidente Martín Vizcarra nomeou o general da reserva Walter Martos como novo presidente do Conselho de Ministros como tentativa de conseguir o voto de confiança

do Congresso. Martos, anteriormente nomeado para a função de Ministro da Defesa, ratificou 14 das 18 nomeações do gabinete Cateriano, nomeando seu próprio substituto para o Ministério da Defesa e substituindo os responsáveis pelas pastas do Trabalho e Emprego, de Minas e Energia e da Mulher e Populações Vulneráveis. Estes ministérios são considerados fundamentais para a recuperação da economia e para a proteção social diante dos impactos da Covid-19. O gabinete de Walter Martos recebeu aprovação congressual em 11 de agosto, com 115 votos a favor, 5 contra e 4 abstenções. Ainda no mês de agosto foram aprovadas as regras para filiação partidária e democracia interna para que os partidos decidam os seus candidatos, bem como a lei orgânica das eleições, que regerá os tramites do pleito eleitoral. Prazos para filiação e desfiliação foram reduzidos pela metade para serem validados neste certame, multas por não comparecimento serão isentas a eleitores nos grupos de riscos da Covid-19 e a capacitação dos mesários das seções eleitorais será feita à distância. O Jurado Nacional Eleitoral ainda reivindica uma bonificação de 86 soles e normas mais rígidas para assegurar que o setor privado dê o dia de folga aos mesários. Diante da proximidade das eleições foram iniciadas as primeiras pesquisas de opinião sobre a intenção de voto no país. O Instituto Ipsos aponta que George Forsyth, prefeito de La Victoria e ex-jogador de futebol, figura em primeiro lugar, com 25% das intenções de voto, seguido pelo congressista Daniel Urresti, que tem 10% das intenções e por Keiko Fujimori e Veronika Mendonza, respectivamente com 7% e 6%.

Fontes: [El Comercio](#), 05/08/2020; [El Comercio](#), 07/08/2020; [Gestión](#), 09/08/2020; [El Comercio](#), 12/08/2020; [El Comercio](#), 28/08/2020; [Libero](#), 30/08/2020.

Nomeação de Vicente Zballos Salinas para a OEA gera polêmica no Peru

A nomeação de Vicente Zballos Salinas para ocupar o posto de representante permanente do Peru junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) gerou uma série de reações no país. A polêmica foi iniciada porque Zballos Salinas, nomeado pelo presidente Martín Vizcarra, foi indicado para o cargo em detrimento de funcionários que pertencem ao corpo diplomático. O chanceler Mario López Chávarri defendeu a indicação, afirmando que

o ex-presidente do Conselho de Ministros já foi ministro da Justiça e deputado federal, e que a sua experiência política o qualificaria para o cargo. Para além disso, Chávarri concluiu que era prerrogativa do presidente escolher os representantes do Peru nas organizações internacionais. O ex-chanceler Luis Gonzales Posada se pronunciou sobre a nomeação, afirmando que enquanto presidente do Conselho de Ministros, Zballos Salinas foi criticado pela sua má gestão durante a pandemia de Covid-19. Por fim, Posada afirmou que lamentava que o presidente Vizcarra não tenha escutado a opinião pública e seguido com a indicação de um nome que era “questionado por todos os setores” e que a situação estava “gerando um confronto desnecessário”. O presidente da Comissão de Relações Exteriores do Congresso, Gilmer Trujillo Zegarra, também se opôs à indicação de Zballos Salinas, criticando a falta de experiência e conhecimento técnico do ex-chefe do gabinete ministerial em termos de política externa, e sua ineficiência na gestão da pandemia. A congressista Mónica Saavera Ocharan também assinalou essas questões quando se opôs à nomeação. Chávarri foi convocado a ir até a Comissão de Relações Exteriores do Congresso para explicar a nomeação. Mesmo com as polêmicas, Zballos Salinas foi oficialmente nomeado no dia 28 de agosto de 2020 e se apresentou à OEA no dia 3 de setembro.

Fontes: [Expreso](#), 03/08/2020; [Peru 21](#), 29/08/2020; [Gestión](#), 31/08/2020; [Gestión](#), 01/09/2020.

Cinco meses após as eleições, Irfaan Ali assume a presidência da Guiana

Em um cenário conturbado e de incerteza política, no dia 3 de agosto, passados cinco meses das eleições gerais, Irfaan Ali, do Partido Popular Progressista (PPP), assumiu a presidência da Guiana. A conclusão do processo eleitoral ocorreu no dia 30 de julho, quando o Tribunal de Apelações do país divulgou sua decisão unânime de utilizar os resultados da recontagem de votos, realizada entre maio e junho, para declarar o novo presidente da Guiana. Essa decisão contrariou o pedido de invalidação dos resultados da recontagem feito por representantes da coalizão de partidos Uma Parceria para a Unidade Nacional /Aliança para a Mudança (APNU+AFC), cujo candidato era David Granger. Após a divulgação da declaração final da

justiça, Granger afirmou que aceitaria o resultado, mas outros membros de seu partido não pouparam críticas e lamentaram o desfecho do processo eleitoral. Além de Ali na presidência, o PPP elegeu 33 parlamentares, enquanto a coalizão APNU+AFC elegeu 31. A conclusão das eleições na Guiana era uma demanda de diversos países e organismos internacionais e gerou repercussões externas. O Comitê de Direitos Humanos da ONU, que monitora o cumprimento do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, preocupado com a polarização política, pediu que o país explicasse as controvérsias que caracterizaram as eleições gerais. A União Europeia, além de parabenizar o atual presidente, lembrou-o da sua promessa de realizar a reforma constitucional. No âmbito regional, os membros do Prosul, em um comunicado conjunto, saudaram Ali e expressaram o interesse em fortalecer os vínculos com a Guiana. Já o presidente venezuelano Nicolás Maduro, ausente dos fóruns internacionais, felicitou o novo presidente e declarou que deseja que as relações bilaterais sejam pautadas pela cooperação e “boa vizinhança”, assim como eram, segundo ele, antes de 2015. A fala de Maduro ganha ainda mais importância nesse momento, pois Venezuela e Guiana encontram-se em um processo de disputa pela região de Esequibo.

Fontes: [Global Voices](#), 31/07/2020; [Prensa Latina](#) 03/08/2020; [Kaieteur](#), 04/08/2020; [Ministério das Relações Exteriores do Chile](#), 06/08/2020; [Kaieteur News](#), 09/08/2020; [Kaieteur News](#), 12/08/2020.

Eleições na Bolívia afetam relações entre o país e a Argentina

As relações entre Bolívia e Argentina estão estremecidas desde as eleições presidenciais bolivianas de 2019. Após um processo conturbado, o ex-presidente boliviano Evo Morales foi acolhido como refugiado na Argentina, assim que Alberto Fernández assumiu a presidência do país em dezembro. No mês de agosto de 2020, no entanto, declarações do subsecretário de Obras Públicas do governo de Fernández, Edgar Depetri, causaram diversas reações por parte da chancelaria boliviana e pioraram as relações entre os dois países sul-americanos. Em 22 de agosto, Depetri se reuniu com Morales e declarou que se comprometia a “fortalecer a participação de migrantes boli-

vianos nas eleições presidenciais, para que a Bolívia volte a ser um país livre e democrático”. Sua manifestação ocorreu depois do anúncio do dia 18 de outubro como data limite para a realização de novas eleições presidenciais na Bolívia. Há cerca de 130 mil eleitores bolivianos residindo na Argentina atualmente. Em reação à declaração de Depetri, no dia 27 de agosto a chancelaria boliviana manifestou ao Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) da Bolívia preocupação com a ingerência de autoridades argentinas nas próximas eleições. Como resposta, o TSE enviou uma carta ao governo argentino solicitando a não interferência no pleito. O cônsul da Bolívia em Buenos Aires, Alberto Pinto, solicitou que os funcionários do TSE que atuam na Argentina sejam substituídos. Nessa linha, o embaixador boliviano na Argentina, Gustavo Aliaga, declarou que em 2019 esses funcionários contribuíram para fraudar as eleições presidenciais. Por fim, no dia 29 de agosto a chanceler boliviana Karen Longaric convocou o encarregado de negócios argentino na Bolívia, Diego Alonso Garcés, para expressar seu descontentamento com a declaração de Depetri. E no dia 2 de setembro, a chanceler declarou que denunciará a ingerência do governo argentino nas eleições bolivianas à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização das Nações Unidas (ONU).

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 14/08/2020; [El Deber](#), 23/08/2020; [La Razón](#), 27/08/2020; [DW](#), 28/08/2020; [El Deber](#), 28/08/2020; [El Deber](#), 28/08/2020; [El Deber](#), 29/08/2020; [El Deber](#), 29/08/2020; [CNN](#), 02/09/2020.

Tensão política cresce na Argentina em meio a debates sobre projeto de reforma do Judiciário

No início de agosto, o presidente argentino, Alberto Fernández, enviou ao Congresso a proposta de reforma do judiciário previamente anunciada e que é um de seus principais projetos de governo. Desde a campanha à presidência, uma das mais importantes plataformas de Fernández tem sido a crítica à politização da justiça e às perseguições judiciais contra quadros de esquerda, não só na Argentina, mas em toda a América Latina. A reforma prevê o aumento no número de servidores do judiciário, incluindo juízes, em diversas instâncias, como forma de agilizar os processos judiciais, mas também descentralizar o

poder do tribunal federal localizado em Buenos Aires. A oposição, por outro lado, enxerga no projeto uma forma de interferência no judiciário que teria como principal objetivo proteger a vice-presidenta, Cristina Kirchner. A reforma do judiciário foi aprovada no Senado - presidido por Kirchner - com 40 votos favoráveis e 26 contrários no dia 28, com alterações no texto: de 270 novos cargos previstos, passou-se a 1387 cargos em todo o país. O projeto agora segue para debate na Câmara de Deputados. A proposta têm sido um dos pontos centrais na retomada da polarização no país, somando-se aos crescentes protestos contra as medidas de isolamento social. Ao mesmo tempo em que segue com o plano gradual de reabertura, a Argentina vê os casos e óbitos de coronavírus seguirem em aumento, ultrapassando os 10 mil casos diários em 28 de agosto. O presidente culpou os encontros clandestinos como a principal fonte de contágio. Por outro lado, o governo de Alberto Fernández conseguiu uma importante vitória, que foi anunciada no dia 31 de agosto: os argentinos lograram levar a cabo a reestruturação da dívida junto a credores internacionais. Na prática, toda a dívida de quase US\$ 68 bilhões foi renegociada com novos títulos a juros menores e prazos de pagamento mais longos, o que deve significar uma economia de quase US\$ 40 bilhões aos cofres do país no próximo ano.

Fontes: [El País](#), 30/07/2020; [El País](#), 28/08/2020; [Folha de S. Paulo](#), 28/08/2020; [La Voz](#), 28/08/2020; [El País](#), 31/08/2020.

Argentina e México estabelecem acordo para produção de vacinas contra a Covid-19

No dia 12 de agosto de 2020, os governos do México e da Argentina anunciaram um acordo com a farmacêutica AstraZeneca para a produção local de vacinas contra a Covid-19. O presidente argentino, Alberto Fernández, declarou à imprensa que o objetivo é produzir entre 150 milhões a 250 milhões de vacinas para toda a América Latina – com exceção do Brasil, que já firmou acordo com a mesma farmacêutica – com a previsão de estarem disponíveis no primeiro semestre de 2021. Espera-se que haja uma distribuição equitativa entre os países da região de acordo com a solicitação dos governos. Fernández também explicou como funcionará o acordo entre os

dois países: na Argentina, o laboratório mAbxience - do grupo Insud, que pertence ao empresário Hugo Sigman - produzirá a substância ativa da vacina, e no México, o laboratório Liomont será responsável por concluir o processo de produção e embalagem. Em coletiva de imprensa, o secretário de Relações Exteriores mexicano, Marcelo Ebrard, agradeceu o apoio da Fundação Slim, do empresário Carlos Slim, que se dispôs a financiar a produção. O presidente da Argentina também agradeceu à Fundação por disponibilizar a vacina a preços acessíveis. Ele estimou que o custo de cada dose da vacina para o país girará em torno de US\$ 3 e US\$ 4. Tanto Ebrard quanto a Fundação enfatizaram que a motivação do acordo não é o lucro, mas a garantia de acesso à vacina a todos os países da região latino-americana. O chanceler mexicano ainda agradeceu ao governo argentino pelos esforços conjuntos para a concretização do acordo.

Fontes: [G1](#), 12/08/2020; [El Universal](#), 13/08/2020; [Secretaria de Relaciones Exteriores de México](#), 13/08/2020; [Clarín](#), 13/08/2020.

Denúncias de corrupção assolam a política doméstica mexicana em meio à crise econômica

No mês de agosto, pelo menos duas denúncias de corrupção afetaram a estabilidade política mexicana. No dia 12, foram vazadas informações de uma investigação em andamento de que pelo menos três ex-presidentes do país, além de ex-ministros e atuais governadores teriam recebido propina da Odebrecht. De acordo com a delação feita por Emilio Lozoya, diretor da petroleira PEMEX entre 2012 e 2016, o ex-presidente Enrique Peña Nieto recebeu dinheiro indevido da empreiteira para o financiamento da campanha de 2012, da qual saiu vitorioso. Lozoya acusa, ao todo, 16 políticos em 63 páginas de denúncias ao Ministério Público. Esse escândalo envolve os oponentes políticos do atual presidente Andrés Manuel López Obrador, que classificou o caso como grave e reforçou que o povo está cansado de casos de corrupção. Três dias antes do vazamento do conteúdo da delação, AMLO havia pedido ao Ministério Público que tornasse a denúncia pública. Em dia 21 de agosto houve uma divulgação de gravações de vídeo de outro caso de corrupção, dessa vez do irmão de

AMLO. As imagens mostram Pío López Obrador recebendo pacotes de dinheiro do atual diretor da nova distribuidora estatal de medicamentos, David León. As entregas dos pacotes foram feitas em 2015 e somariam aproximadamente 90 mil dólares. No vídeo, o irmão do presidente confirma que AMLO sabia dos pagamentos. Como reação ao vazamento das imagens, López Obrador argumentou que não sabe se o dinheiro foi declarado ao Instituto Nacional Eleitoral e que muitas pessoas fizeram doações para a campanha de Chiapas, da qual o partido de AMLO não saiu vencedor. O presidente afastou o atual diretor da distribuidora de medicamentos e afirmou que tanto León quanto o Pío López Obrador devem depor ao Ministério Público. Nesse contexto de crise política, foi divulgado, em 26 de agosto, que a economia do país deve retrair em torno de 10,5% em 2020, sendo avaliada como a pior recessão desde a Grande Depressão.

Fontes: [El País](#), 12/08/2020; [Chicago Tribune](#), 12/08/2020; [Los Angeles Times](#), 12/08/2020; [El País](#), 20/08/2020; [El Observador](#), 20/08/2020; [El País](#), 21/08/2020; [G1](#), 26/08/2020.

Equador contrata novo empréstimo do FMI e rejeita candidatura de Rafael Correa à eleição presidencial de 2021

Em 28 de agosto, o governo de Lenín Moreno anunciou a finalização de um novo acordo de empréstimo com a equipe técnica do FMI, que segue para aprovação da diretoria da organização nos próximos dias. O empréstimo será de US\$ 6,5 bilhões, a serem repassados entre 2020 a 2022, e substituirá o acordo entre Equador e FMI assinado em 2017, de US\$ 4,2 bilhões. O aumento no valor deve-se a novas necessidades de receita do governo em meio à crise econômica provocada pela Covid-19. Além disso, o novo empréstimo foi concebido pelo governo Moreno como uma medida necessária no processo de renegociação da dívida pública que é detida por fundos privados estadunidenses. Este processo estendeu-se por meses e foi concluído em 3 de agosto, com mediação do FMI, com a permissão para o Equador adiar o pagamento de US\$ 10 bilhões nos próximos 5 anos. No novo endividamento com o FMI, US\$ 4 bilhões serão repassados ainda em 2020, poucos meses antes

da eleição presidencial, marcada para abril de 2021. Moreno ainda não anunciou se concorrerá ou não à reeleição. Na oposição, Rafael Correa inscreveu-se, em 27 de agosto, como candidato à vice-presidência em chapa liderada por Andrés Arauz, que serviu no ministério do seu governo entre 2015 e 2017. Ambos concorreriam pelo partido Centro Democrático. Contudo, a inscrição de Correa foi rejeitada pelo Consejo Electoral Nacional, em 1º de setembro, por ter sido feita virtualmente, ao invés de presencialmente, já que Correa atualmente reside na Bélgica.

Fontes: [El Mercurio](#), 27/08/2020; [El Cronista](#), 28/08/2020; [Primicias](#), 28/08/2020; [Infobae](#), 02/09/2020.

Álvaro Uribe, em prisão domiciliar, renuncia ao Senado na Colômbia

No dia 4 de agosto, a Suprema Corte colombiana determinou a prisão domiciliar do ex-presidente, Álvaro Uribe, líder do partido e senador pelo Centro Democrático. O político é investigado por fraude, suborno e manipulação de testemunhas. Sua prisão domiciliar foi decretada devido ao risco de que ele obstrua as investigações, comprometendo a produção de provas. O inquérito é movido devido à suspeita de que Uribe tenha manipulado testemunhos contra o senador Iván Cepeda, líder de esquerda e um de seus principais opositores. A detenção de Uribe é um marco na história colombiana, visto ser a primeira vez que um ex-presidente é preso no país. Sua prisão é resultado de um processo movido por ele em 2012 contra Cepeda, no qual acusava seu oponente de contratar ex-paramilitares para que depusessem contra ele em investigações a respeito da atuação de grupos de direita no combate às guerrilhas no país. Contudo, a Suprema Corte absteve Cepeda e, em 2018, abriu uma investigação contra Uribe. À época, o recém-eleito senador se pronunciou indignado com a investigação e disse que renunciaria ao cargo, mas voltou atrás. No dia 18 de agosto, contudo, Uribe renunciou ao Senado em carta oficial. Entre os motivos, destacou que teve suas garantias processuais violadas, o que anulava qualquer expectativa de retorno ao cargo. Se condenado, Uribe pode cumprir até oito anos de detenção. Sua prisão gerou repercussões domésticas e internacionais. O presidente Iván Duque, considerado seu afilhado

político, anunciou que acredita na inocência de Uribe, enquanto o vice-presidente dos EUA, Mike Pence, defendeu que ele deveria defender-se em liberdade. Cepeda, por sua vez, relatou ameaças de morte após a prisão do político e defendeu o processo em curso.

Fontes: [G1](#), 05/08/2020; [El Tiempo](#), 09/08/2020; [El Espectador](#), 12/08/2020; [Folha de S. Paulo](#), 18/08/2020.

Colômbia avança em sistema de identificação de migrantes venezuelanos

No dia 19 de agosto se completam cinco anos do fechamento da fronteira entre Colômbia e Venezuela decretada pelo presidente Nicolás Maduro, data que marca o início da crise migratória venezuelana. Cerca de 5 milhões de venezuelanos já deixaram o país, sendo que 4 milhões migraram para países da América Latina e Caribe. Desde 2015, o número de venezuelanos vivendo na Colômbia subiu de 350 mil para 1,7 milhão, o segundo fluxo de maior magnitude no mundo, depois apenas da Síria. O crescimento vertiginoso da imigração venezuelana durante esse período levou o Estado colombiano a adotar medidas para atender a regularização de venezuelanos e garantir acesso a trabalho, educação e saúde. Em entrevista, o diretor geral do Migração Colômbia, Juan Francisco Espinosa, afirmou que pretende implementar um novo sistema de identificação biométrica para imigrantes venezuelanos, regularizados ou não, ainda em 2020. Segundo o diretor, o objetivo do sistema é garantir o direito de identificação e documentação a migrantes venezuelanos, sendo capaz de contabilizar todos os 1,7 milhão que vivem atualmente no país. A intenção é de que o sistema venha a substituir a Permissão Especial de Permanência (PEP), resolução que trata da regularização e acesso a serviços sociais para migrantes venezuelanos atualmente na Colômbia, porém Espinosa assegurou que isso não significa que as condições ou os direitos estabelecidos pela resolução serão alterados de qualquer forma. A expectativa do governo é de que o sistema, se bem-sucedido, sirva como exemplo para uma ferramenta de identificação para outros países da região, permitindo intercâmbio de informação e maior garantia de direitos.

Fontes: [La Opinión](#), 02/08/2020; [Proyecto Migración Venezuela](#), 18/08/2020; [Proyecto Migración Venezuela](#), 19/08/2020.

Manifestações do povo Mapuche são fortemente reprimidas no Chile

No dia 2, no Chile, na região de Araucanía, ocorreram cinco ataques em um confronto entre os indígenas mapuche, a polícia e grupos civis anti-indígenas. O conflito com evidente caráter de violência racial se deu após ordem de despejo de manifestantes da etnia que se reuniam em apoio à longa greve de fome sustentada pelo machi (guia espiritual) Celestino Córdova. Já no dia 5, em razão da violência policial e da falta de diálogo com as autoridades estatais, presos pertencentes à etnia anunciaram o início de uma greve seca, que implica não ingestão de qualquer tipo de alimento sólido ou líquido. A greve é mais uma ação do povo Mapuche, que desde maio tem realizado diversas ações para libertação dos presos políticos, em razão dos elevados riscos que a pandemia do novo coronavírus representa em um contexto de cárcere. No dia 9, por meio da Declaração do Encontro Mapuche, foi denunciado o racismo de líderes políticos e instituições chilenas, que segundo o documento, estimulam a discriminação como forma de dominação, como também afirmam que os presos da etnia são sequestrados e torturados. Ainda, expõe a situação dos presos políticos que estão detidos em razão de suas lutas contra empresas florestais, mineradoras e energéticas. No documento, é registrada violação ao direito internacional e demandada a aplicação da Convenção 169 da OIT, que ordena medidas alternativas à prisão adequadas a cultura de cada povo. Também existe uma disputa pela recuperação do território mapuche e pela segurança alimentar, e as organizações declararam que o replantio de espécies florestais estrangeiras é proibido em seus territórios. Outra estratégia utilizada para denunciar as violações de Direitos Humanos cometidas durante o Governo de Sebastián Piñera foi o envio, no dia 7, de uma carta à União Europeia com a assinatura de mais de 200 organizações buscando apoio em razão das graves violações e descumprimento de tratados internacionais por parte do Governo Chileno.

Fontes: [Istoé](#), 02/08/2020; [Brasil de Fato](#), 06/08/2020; [Mapuexpress](#), 09/08/2020; [El Desconcierto](#), 09/08/2020.

Secretário Executivo da CIDH é destituído em meio a fortes críticas pela erosão da autonomia da instituição

Em janeiro de 2020, Paulo Abrão, Secretário Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) desde 2016, foi reeleito por unanimidade para permanecer no cargo até 2024. Contudo, no dia 15 de agosto, Luis Almagro, atual Secretário Geral da Organização de Estados Americanos (OEA), anunciou que a gestão de Abrão não seria prorrogada, abrindo uma crise inédita na história da organização. Almagro justificou sua decisão em virtude da “seriedade e gravidade” de reclamações de funcionários sobre a gestão de Abrão que tem mais de 60 denúncias trabalhistas. As denúncias incluem acusações de assédio no trabalho, conflitos de interesse, retrocessos na transparência de processos, retaliações e violações ao código de ética, processos irregulares de contratação, impunidade para denúncias de assédio sexual, entre outras. A decisão do Secretário Geral da OEA de não renovar o mandato de Abrão foi recusada pela CIDH que, até a resolução do caso, nomeou Cláudia Pulido, Secretária-Executiva Adjunta da Comissão, como substituta interina. Em um comunicado oficial, publicado poucas horas após a decisão de Luis Almagro, o governo argentino manifestou “profunda preocupação” pela decisão e fez um chamado para garantir a autonomia e independência da CIDH. Além disso, organizações internacionais como o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Amnistia Internacional, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e dezenas de organizações nacionais criticaram duramente a decisão, alertando que esta medida gera uma grave interferência na autonomia da CIDH. Em abril do ano passado, a CIDH foi alvo de uma carta assinada por Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Paraguai que sugeria uma reforma para limitar sua ação no continente. Como consequência, organizações da sociedade civil têm denunciado interferência política e a pressão do governo brasileiro para demitir Abrão pelo seu papel crítico em relação aos abusos cometidos pelos governos da região, com destaque para o caso brasileiro. Entre 2019 e 2020 o Brasil foi alvo de 45 críticas diretas da Comissão

por meio de canais oficiais, redes sociais e notas à imprensa. Paulo Abrão foi demitido às vésperas da publicação de um relatório sobre milícias e ataques a minorias no Brasil.

Fontes: [El Observador](#), 25/08/2020; [Nodal](#), 26/08/2020; [BBC](#), 28/08/2020; [UOL Notícias](#), 28/08/2020; [La Prensa](#), 28/08/2020.

Repressão a protestos no Zimbábue preocupa atores políticos da África do Sul

No dia 4 de agosto, Emmerson Mnangagwa, presidente do Zimbábue se pronunciou sobre os protestos que têm tomado as ruas de Bulawayo e da capital Harare, motivados pelo sentimento de indignação frente ao quadro econômico e às alegações de corrupção no país. Setores da mídia e da oposição acusaram o governo de abuso aos direitos humanos e de perseguição política. Na mesma semana, o líder dos Lutadores da Liberdade Econômica, partido de oposição à esquerda na África do Sul, pediu o fechamento da embaixada do Zimbábue em Pretória e afirmou que apelaria à União Africana e à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral para agirem contra as violações cometidas no país. Darren Bergman, membro da Aliança Democrática (DA), partido sul-africano de direita, cobrou um posicionamento do presidente sul-africano Ramaphosa e pediu que sanções fossem impostas contra Mnangagwa, lembrando que a “diplomacia do silêncio” já havia se provado ineficiente para proteger os direitos humanos em países vizinhos. Em resposta, a ministra das relações exteriores da África do Sul, Naledi Pandor, afirmou que o governo está pronto para prestar auxílio, se solicitado. No mesmo dia, Ramaphosa nomeou dois enviados especiais para identificar maneiras de ajudar o país vizinho. Apesar disso, a oposição questiona a parcialidade desses enviados especiais. O Secretário Geral do Congresso Nacional Africano (CNA), partido da situação na África do Sul, afirmou preocupação com os relatos de brutalidade na repressão aos protestos no Zimbábue. Por sua vez, o governo vizinho alegou estar apenas cumprindo as medidas de lockdown e ressaltou que quando as forças de defesa sul-africanas mataram oito pessoas no período de lockdown, nenhuma autoridade zimbabuana manifestou-se. A ONG Not In My Name re-

alizou um protesto em frente à embaixada do país em Pretória e a organização União do Povo Africano do Zimbábue solicitou uma reunião com o ANC e com o Partido Comunista da África do Sul.

Fontes: [SABC News](#), 04/08/2020; [The Herald](#), 05/08/2020; [The South African](#), 06/08/2020; [The South African](#), 07/08/2020; [Eyewitness News](#), 10/08/2020; [The South African](#), 11/08/2020; [The Conversation](#), 12/08/2020; [The South African](#), 13/08/2020; [The South African](#), 30/08/2020.

África do Sul desenha estratégias multilaterais no combate à pandemia

No mês de agosto a África do Sul, ao mesmo tempo em que aliviou as medidas de lockdown para o nível 2, reforçou as estratégias multilaterais em suas políticas de combate à pandemia do Covid-19. Quinto país com mais casos no mundo, a África do Sul já acionou o empréstimo do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos BRICS no valor de US\$ 1 bilhão e também o empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI) no valor de US\$ 4,3 bilhões. Esses recursos foram direcionados para viabilizar parte do pagamento da política de renda emergencial para os sul-africanos, no valor total de aproximadamente US\$ 30 bilhões, o equivalente a 500 bilhões de Rands sul-africanos. No plano regional, foi realizada virtualmente a cimeira da Southern African Development Community (SADC), composta por 16 Estados da África austral, que discutiu os impactos socioeconômicos da pandemia na região. Um dos temas debatidos foi a possibilidade de difusão pela África do Sul da vacina que vem sendo desenvolvida pela Universidade de Oxford no país, potencializando o acesso à imunização em um continente com capacidade de fabricação limitada. O relatório da SADC apelou para a resposta regional ao Covid-19, com foco nos setores de saúde, transporte e segurança alimentar, expressando grande preocupação com a expansão da pandemia a partir da África do Sul, principalmente com a abertura do país para viagens internacionais, dentro do pacote de medidas de abertura definidas este mês.

Fontes: [O Globo](#), 01/08/2020; [Jornal de Angola](#), 09/08/2020; [SADC](#), 12/08/2020; [DIRCO](#), 13/08/2020; [The BRICS Post](#), 16/08/2020; [Business Tech](#), 19/08/2020; [Reliefweb](#), 29/08/2020.

China expande laços de cooperação em meio à pandemia de Covid-19

Duas parcerias importantes ocorridas durante o mês de agosto marcam o movimento de consolidação da cooperação internacional chinesa em meio a pandemia de Covid-19, nas mais diferentes áreas. No plano sub-regional, no dia 24 de agosto de 2020 ocorreu, virtualmente, a 3º Reunião de Líderes da Cooperação Mekong-Lancang (MLC). A reunião contou com a presença de líderes e chefes de estado dos países membros da MLC, China, Laos, Mianmar, Tailândia, Camboja e Vietnã. A partir do tema principal, “Apri-morando a Parceria para a Prosperidade Compartilhada”, o evento teve como objetivo revisar os mecanismos de cooperação recentes e discutir as orientações para promover a colaboração entre as partes no futuro próximo. Dessa forma, os líderes reafirmaram a determinação em construir conjuntamente uma região de paz, estabilidade, desenvolvimento e prosperidade, concordando em promover a cooperação a partir de três pilares específicos: na segurança política, em economia e desenvolvimento sustentável, bem como na área de sociedade e cultura, implementando atividades de cooperação educacional e turística, além do intercâmbio cultural. Em face dos impactos das mudanças climáticas, inundações e secas, o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, anunciou que a partir deste ano a China compartilhará as informações hidrológicas anuais do rio Mekong com os demais países membros do grupo, promoverá reuniões ministeriais, fóruns e um plano quinquenal sobre cooperação em recursos hídricos na região implementará programas de cooperação em segurança de barragens e alertas de enchentes. Já no plano bilateral, Marrocos e China assinaram dois acordos permitindo que o Marrocos participe de testes clínicos multicêntricos para uma vacina potencial Covid-19. O Ministro da Saúde, Khalid Ait Taleb do país africano, afirmou que a assinatura do acordo com o China National Biotech Group Limited (CNBG) permitirá que o Marrocos seja um dos primeiros países atendidos em termos de vacina contra a pandemia Covid-19. O fortalecimento de laços de cooperação ganha ainda mais peso em um contexto de intensa disputa geopolítica do país asiático com os Estados Unidos.

Fontes: [Morocco World News](#), 21/08/2020; [CRI](#), 24/08/2020; [Nhan Dan](#), 24/08/2020; [The Cambodia Daily](#), 24/08/2020; [Xinhua](#), 24/08/2020.

China sofre restrições tecnológicas dos EUA e aliados

No dia 6 de agosto, o presidente estadunidense Donald Trump, por meio de ordem executiva, decretou a proibição de dois dos aplicativos de patente chinesa que têm projeção internacional: o WeChat e o TikTok. A ação ocorreu após políticos dos EUA acusarem as empresas proprietárias, Tencent e ByteDance respectivamente, de serem um risco à segurança nacional por conta de supostas coleta indiscriminada de dados e sujeição ao Partido Comunista da China. A medida converge com o programa “Clean Network”, recentemente divulgado pelo Departamento de Estado dos EUA, que propõe a restrição do acesso à infraestrutura global de internet por empresas chinesas. Outras ações similares já vinham sendo tomadas pelos EUA e alguns de seus aliados. Restrições de participação da Huawei e ZTE, empresas chinesas líderes no campo da tecnologia 5G, foram incentivadas pelos EUA e debatidas em países como Reino Unido, França, Alemanha, Austrália e Nova Zelândia. Na Índia, dezenas dos maiores aplicativos chineses foram banidos após conflitos entre tropas na região da Caxemira. Para além da segurança dos Estados, a proibição do WeChat nos EUA e Índia pode ainda provocar riscos à segurança humana, ao dificultar o diálogo entre os membros da diáspora chinesa e seus correspondentes na China, além de possivelmente prejudicar a comunicação de jornalistas, acadêmicos, empresários e membros do corpo diplomático, visto que tradicionais aplicativos de mensagens, como o WhatsApp, não têm permissão para funcionar na China. Assim, a disputa EUA-China ganha novos contornos no campo tecnológico.

Fontes: [Bloomberg](#), 14/07/2020; [The Washington Post](#), 07/08/2020; [Technology Review](#), 13/08/2020; [Al Jazeera](#), 14/08/2020.

Governo chinês reage a restrições de tecnologia e revisa sua lista de produtos para exportação

A disputa entre China e EUA na área econômica e tecnológica ganhou um novo capítulo em agosto de 2020, frente ao decreto estadunidense proibindo os aplicativos de comunicação e transmissão de vídeos WeChat e TikTok, sob a alegação de ameaça

à segurança dos usuários no território dos EUA. O governo chinês, em defesa das empresas do setor de internet e comunicação móvel, tentou apaziguar a disputa encaminhando aos Ministérios do Comércio e de Ciência e Tecnologia a revisão da lista de produtos restritos para comercialização com outros países, com a finalidade de que as companhias vendam as operações dos aplicativos para uma empresa estadunidense e contornem as restrições. O Ministro de Relações Exteriores Wang Yi reforçou que o país não está disposto a entrar em uma “Guerra Fria” com os EUA e que essa lógica conflitiva iria na contramão do desenvolvimento global. Apesar da posição institucional conciliadora, um pronunciamento do economista Li Daukoi sugeriu que a China utilizasse a exportação de medicamentos para os EUA como arma para defender a tecnologia de microcomponentes de 5G desenvolvida pela Huawei, porém a visão do economista não encontrou apoio na estratégia de cooperação em saúde chinesa. Li Daukoi também sugeriu que as disputas em torno de aplicativos de comunicação têm relação com a intenção dos EUA excluírem os bancos chineses de operarem no sistema de micro pagamentos em aplicativos móveis, algo já observado com as restrições impostas pelos estadunidenses aos bancos de Hong Kong no fim do mês de julho, sob a alegação de censura à Lei de Segurança de Hong Kong. As restrições dos EUA contra empresas chinesas se fortaleceram no fim de agosto, com a ampliação da lista negra, que passou a incluir empresas que operam na construção de ilhas artificiais no Mar do Sul da China

Fontes: [South China Morning Post](#), 29/07/2020; [South China Morning Post](#), 26/08/2020; [Xinhua](#), 26/08/2020; [South China Morning Post](#), 29/08/2020; [South China Morning Post](#), 31/08/2020; [Xinhua](#), 03/09/2020.

Caxemira continua sendo foco de preocupações um ano após a revogação de status especial

Em 5 de agosto, um ano após a revogação de autonomia da parte da Caxemira que é administrada pela Índia, ativistas do mundo inteiro - inclusive ligados ao Black Lives Matter, bem como a movimentos dos povos palestino, uigures e rohingya - manifestaram

apoio à população do local devido à forte repressão que as pessoas vêm sofrendo. O artigo da constituição indiana cancelado pelo primeiro ministro indiano, Narendra Modi, concedia um status especial ao local de maioria muçulmana que tinha poderes para estabelecer suas próprias leis, exceto sobre assuntos relacionados às finanças, defesa, relações exteriores e comunicações. A Anistia Internacional destacou que há detenção contínua de líderes políticos, restrições arbitrárias sob a justificativa de minimizar o contágio pelo novo coronavírus e censura da mídia. Por sua vez, Ashok Koul, secretário geral do Partido Bharatiya Janata (BJP), defendeu a ação do governo de cunho nacionalista hindu de retirar a autonomia, afirmando que as alegações de violação dos direitos humanos são falsas. Pela terceira vez desde a retirada do status especial em agosto de 2019, o Conselho de Segurança das Nações Unidas realizou reunião virtual para discutir a situação da Caxemira, dessa vez mediante a solicitação do Paquistão. O ministro das Relações Exteriores paquistanês, Shah Mahmood, disse em comentários divulgados pela missão do Paquistão na ONU que a comunidade internacional deve exercer sua autoridade moral, legal e política e destacou que a Índia não deve continuar com as ações unilaterais, que o país pare as violações de direitos humanos e do cessar-fogo, remova as restrições à comunicação e liberte imediatamente os líderes da Caxemira. Contudo, nenhuma ação foi tomada ou declaração foi emitida pelo órgão sobre o tema. O ministro paquistanês manifestou-se positivamente em relação à presença dos 15 membros do CS, em especial à China pelo apoio para a realização da reunião. Por sua vez, a missão da Índia tentou diminuir a importância e o significado do encontro entre os países. O embaixador indiano na ONU, T. S. Tirumuti, em sua conta no Twitter, desafiou a relevância da reunião do CS, afirmando que “foi fechada, informal, sem registro e sem qualquer resultado”. Ele afirmou, também, que quase todos os países destacaram que a situação da região era assunto bilateral e não merecia tempo e atenção do órgão.

Fontes: [Al Jazeera](#), 04/08/2020; [O Globo](#), 04/08/2020; [Al Jazeera](#), 05/08/2020; [Al Jazeera](#), 05/08/2020; [Al Jazeera](#), 05/08/2020; [Al Jazeera](#), 06/08/2020; [Exame](#), 13/08/2020; [Estado de Minas](#), 16/08/2020; [Al Jazeera](#), 25/08/2020.

Explosão agrava vulnerabilidade dos refugiados no Líbano e motiva diversas iniciativas de cooperação e ajuda humanitária

Em 4 de agosto, a cidade de Beirute, no Líbano, sofreu com uma explosão em um depósito que armazenava nitrato de amônio, atingindo milhares de pessoas que vivem na capital, incluindo refugiados. Segundo a Embaixada da Síria no Líbano, 43 sírios morreram na explosão. O Líbano abriga 925 mil refugiados registrados, segundo o último relatório da Acnur, sendo 98% sírios que fugiram do conflito na Síria e atualmente representam um sexto da população do país. Dos refugiados presentes no país, 70% se encontram abaixo da linha da pobreza e 40% desempregados. A crise econômica já vinha atingindo o Líbano, tendo sua piora ocasionada pela pandemia e a explosão em Beirute que agravou ainda mais a situação econômica dos refugiados. Entidades esperam que os sírios tentem retornar para seu país de origem devido à crise de desabastecimento, mesmo correndo riscos. O Ministro da Economia, Raul Nehme, afirmou que o país possui apenas estoque de um mês em grãos para alimentar a população. O Líbano importa 80% do que consome em dólar e sua moeda, a lira, encontra-se desvalorizada em 80%. Segundo o Banco Mundial, mais da metade da população libanesa vive hoje abaixo da linha da pobreza. Para o cientista político André Lajst, a diáspora libanesa e a ajuda internacional serão fundamentais para a recuperação do país. No Brasil, lar da maior comunidade libanesa fora do país, mesmo com a pandemia, a mobilização vem ocorrendo para ajudar na reconstrução. Em São Paulo, comerciantes, médicos, pesquisadores e entidades libanesas vêm unindo esforços para doações e mobilizações. No dia 9 de agosto, o presidente Bolsonaro anunciou uma missão de ajuda ao Líbano e convidou o ex presidente Michel Temer, descendente de libaneses, para a chefia. O governo disponibilizou um cargueiro da Força Aérea Brasileira para levar mantimentos e medicamentos para Beirute, mas a missão também levará ajuda técnica para a investigação da explosão que atingiu o país. Libaneses expatriados ao redor do mundo vêm ajudando individualmente amigos e familiares, além de criarem fundos especiais para lidar com a tragédia. Além do Brasil e das iniciativas

individuais, Holanda, a Jordânia, o Egito e a Rússia também ofereceram ajuda humanitária. Por fim, um grupo de doadores internacionais coordenado pelas Nações Unidas que inclui os Estados Unidos, a União Europeia, o Reino Unido, a Suíça, a Espanha, entre outros, se comprometeu a ajudar com 250 milhões de euros destinados sob condicionalidades como uma reforma política no país e o compromisso de que as doações irão diretamente para a população.

Fontes: [Brasil de Fato](#), 05/08/2020; [Expresso](#), 05/08/2020; [Aljazeera](#), 06/08/2020; [CNN](#), 06/08/2020; [Acnur](#), 07/08/2020; [O Globo](#), 08/08/2020; [G1](#), 09/08/2020; [Aljazeera](#), 11/08/2020; [Relief Web](#), 11/08/2020; [Folha de S. Paulo](#), 12/08/2020.

Mulheres protestam contra o governo e a violência policial em Belarus

Em 12 de agosto centenas de mulheres ocuparam as ruas de Belarus para protestar contra a repressão policial sobre manifestantes. O país, que vive uma crise desde o início de agosto, tem recebido grande atenção da mídia internacional devido as crescentes manifestações contra o presidente Aleksandr Lukashenko que venceu as eleições locais dando início ao seu sexto mandato. Ksenia Ilyashevich, uma das participantes dos protestos, defendeu a realização de manifestações pacíficas. Vestindo branco e segurando flores e balões, mulheres caminharam pelas ruas de Minsk, capital do país, formando verdadeiras “cadeias de solidariedade”. Os protestos têm como referência a candidata da oposição, Svetlana Tikhanovskay, que alega fraude nos resultados eleitorais. Em 13 de agosto, Michelle Bachelet, ex-presidenta do Chile e alta comissária de Direitos Humanos da ONU, emitiu comunicado condenando a violência e pedindo o fim do uso da força policial. A atuação das mulheres em Belarus vem sendo noticiada como uma verdadeira revolução. Entretanto, sobressai o envolvimento de potências como China, Rússia e Estados Unidos na questão. Segundo a porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, há uma “pressão sem precedentes de alguns parceiros estrangeiros sobre as autoridades bielorrussas” e “tentativas de ingerência sobre assuntos internos” do país.

Fontes: [CBC](#), 12/08/2020; [CNN](#), 13/08/2020; [Belta](#), 13/08/2020; [Observador](#), 25/08/2020.

Dia Internacional da Igualdade Feminina esbarra no crescimento da violência de gênero na América Latina

No dia 26 de agosto é celebrado o Dia Internacional da Igualdade Feminina, mesma data de comemoração da 19ª emenda adotada pelos Estados Unidos que, em 1920, proibiu que o governo estadunidense impedisse o voto feminino. Ainda que tenha havido alguns avanços ao redor do mundo, como o próprio sufrágio feminino - resultado da luta da primeira onda feminista - a realidade das mulheres se mostra distante de atingir igualdade de direitos em relação aos homens. Durante a pandemia da Covid-19, na região latino-americana, a desigualdade de gênero se tornou mais evidente. Em 4 de agosto foi noticiado que aproximadamente 900 meninas e mulheres desapareceram no período entre 16 de março e 30 de junho, no Peru. Cuba, Peru e Colômbia detalharam um crescimento na violência sexual contra menores de idade. Na Costa Rica foram frequentes as denúncias de violação sexual por parte de companheiros. E apenas em 20 de agosto a Corte Interamericana de Direitos Humanos impôs medidas ao Equador pela ausência de justiça em um caso de estupro de uma menina há 18 anos, ela cometeu suicídio ao saber que, aos 16 anos, estava grávida do vice-diretor de sua escola, de 65 anos. Ele abusou dela por, pelo menos, um ano. A justiça equatoriana havia concluído o caso argumentando que a jovem havia contribuído para o crime ao seduzir o seu abusador. Para além da violência física e sexual, de acordo com a CEPAL e a ONU Mulheres, a crise do coronavírus deixará 118 milhões de mulheres latino-americanas na pobreza. Segundo as organizações, é necessário que os governos atuem de modo a promover sistemas de recuperação econômica que priorizem a igualdade de gênero e assegurem o acesso a saúde. Outro ponto levantado é sobre a necessidade de remunerar o trabalho do cuidado, visto que, de acordo com estudo desenvolvido por jornalistas independentes, Violencia contra las mujeres: La pandemia invisible, as mulheres gastavam em torno de 23 horas semanais em trabalhos domésticos e não remunerados, tempo que triplicou durante a pandemia na América Latina e na Espanha. A ONU instou os Estados a tratarem a

violência de gênero como questão de saúde pública, com a mesma seriedade que têm buscado gerir a pandemia da Covid-19.

Fontes: [Voa](#), 04/08/2020; [El Nuevo Herald](#), 09/08/2020; [El País](#), 19/08/2020; [Dinero](#), 19/08/2020; [El País](#), 20/08/2020; [O Globo](#), 26/08/2020.

Casa Nem é alvo de operação de reintegração de posse e militantes protestam

A Casa Nem, abrigo para mais de 40 pessoas LGBTIA+ em situação de vulnerabilidade, foi alvo de uma operação da polícia carioca no dia 24 agosto. A operação, acionada pela Justiça do Rio de Janeiro, visava a reintegração de posse do imóvel, este, ocupado em julho de 2019. Não foi a primeira vez que houve ação de reintegração de posse no local, em 27 de julho de 2019, a polícia foi acionada para o despejo dos moradores, porém, viram-se impedidos pela Defesa Civil, pelo Conselho Tutelar e pelo Corpo de Bombeiros. Na recente operação, a polícia já estava em frente ao prédio, mas aguardou a chegada do Conselho Tutelar, visto que a ocupação serve de abrigo para menores de idade. No entanto, os moradores já haviam sido avisados pela Defensoria Pública. Indianare Siqueira, ativista transexual, vereadora suplente do município do Rio de Janeiro e idealizadora do projeto da Casa Nem, organiza em suas redes sociais mobilizações, além de divulgar campanhas de doações para o projeto. Em um dos vídeos postados no dia da ocupação, ela afirmou que o momento é de resistência e luta, ressaltando que considera inconstitucional o processo de reintegração de posse em meio à pandemia da COVID-19, já que tal operação vai de encontro com o que fora declarado pelo Supremo Tribunal Federal acerca da inviabilidade de operações como esta no período atual.

Fontes: [Revista Fórum](#), 24/08/2020; [Agência Brasil](#), 24/08/2020; [O Globo](#), 25/08/2020.

Impactos climáticos espalham-se pelo globo no segundo semestre de 2020

No dia 18 de agosto, um tornado atingiu trinta e uma cidades no estado de Santa Catarina, Sul do Brasil, deixando ao menos mil e quinhentas pessoas desabrigadas ou desalojadas. O evento aconteceu

menos de dois meses após o ciclone-bomba que afetou fortemente a mesma região, no que os cientistas acreditam ser o indicativo de uma sucessão de eventos extremos que se intensificam localmente devido às mudanças climáticas. Em escala global, foram vários desastres, seja por queimadas, seja por chuvas intensas. No dia 28 de agosto, a maior barragem do mundo, a Three Gorges Dam, localizada na região de Hubei, na China, onde está concentrada mais de 40% da população chinesa, entrou em estado de alerta máximo, devido à pressão recebida com as intensas inundações que assolam o país desde o início do mês de agosto. No dia 19 de agosto, chuvas, deslizamentos e erosões foram identificados em Guangdong, Yunnan e Sichuan. A China tem alocado investimentos robustos para desenvolvimento de infraestrutura e de tecnologias resilientes. Com a previsão feita pela empresa chinesa CLSA Securities Ltd de que os impactos climáticos podem se tornar mais frequentes, somente em 2019 foram gastos 105 bilhões de dólares para construções de conservação de água. Em 30 de agosto, fortes chuvas atingiram a Índia, resultaram em inundações e no rompimento de uma barragem em Odisha, região central do país, causando a morte de pelo menos dezessete pessoas, bem como impactando mais de dez mil famílias por danos em suas casas. Em 28 de agosto, no Paquistão, inundações provocadas por precipitações intensas atingiram a região de Karachi e deixaram ao menos quarenta pessoas mortas. Ainda no último fim de semana de agosto, o Furacão Laura atingiu a Louisiana, nos Estados Unidos, e com grande intensidade acabou por impactar mais de quatrocentos mil pessoas, entre desabrigadas ou desalojadas. Esses fenômenos, que tendem a se diversificar e se alternar em espaços mais curtos de tempo, acabam por chamar ainda mais atenção para a vulnerabilidade das populações e do meio ambiente a seus efeitos: mesmo na Califórnia, região-modelo por muitas iniciativas de combate às mudanças climáticas, a intensificação de eventos, como os incêndios – numa combinação de fogo, raios e ventos – que assolam o estado desde o início de agosto, está conectada ao aumento da temperatura do planeta. Em 20 de agosto, quase onze mil relâmpagos foram documentados durante 72 horas na maior onda de tempestades que atingiu a Califórnia em mais de uma década.

Fontes: [Época](#), 18/08/2020; [The Diplomat](#), 19/08/2020; [G1](#), 20/08/2020; [The Guardian](#), 28/08/2020; [CNN](#), 28/08/2020; [The Print](#), 28/08/2020; [BBC](#), 29/08/2020; [Times Now News](#), 30/08/2020.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

